

# Sarney em busca da credibilidade perdida

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

As cartas parecem estar lançadas. O governo define os últimos detalhes de uma série de medidas econômicas, das quais, salvo engano, o primeiro-chefe será a minitoratória. A moratória técnica, a suspensão temporária de remessa de divisas ou qualquer nome que se dê a esse pacote que o Palácio do Planalto lança imaginando possa ocorrer com o consentimento dos credores externos. Junto, ou melhor, no fluxo de um determinado número de dias, virão outras iniciativas, como a centralização do câmbio, a maxidesvalorização do cruzado, um possível empréstimo compulsório sobre os lucros bancários, a elevação do salário mínimo, quem sabe um abono geral a todos os assalariados, o fim do gatilho salarial, talvez novo congelamento de gêneros e produtos, a eterna promessa de contenção dos gastos públicos e novas perorações contra a recessão.

Ainda que não anunciadas todas de uma vez, essas medidas compõem um pacote de prazo definido e constituem a grande esperança do governo de, minorando os efeitos da crise econômica, recuperar credibilidade e liderança política para poder evitar que a Assembleia Nacional Constituinte antecipe as eleições presidenciais.

Falava-se ontem na aparição do presidente José Sarney na televisão, nas próximas horas, em cadeia nacional, num programa de grande audiência ou através de curta entrevista coletiva. Ele aproveitaria para tranquilizar a Nação, dizer que o pior já passou e desfazer a impressão de abandono verificada na sociedade por conta do fracasso do Plano Cruzado. Não anunciaria todas as iniciativas, mas enfatizaria estarem elas a um passo de ser concretizadas. Prevê-se como iminente, também, uma reunião do Ministério.

A pergunta que se faz é se isso bastará para o governo retomar o leme do processo político, isolar os radicais e apaziguar os moderados, na Assembleia Nacional Constituinte. Conseguiria, então, ver fixados em cinco anos, ou em quatro, os mandatos presidenciais, inclusive o atual. Caso contrário, ou seja, se o novo elenco de coelhos tirados da cartola palaciana não bastar para a recuperação da credibilidade e da popularidade, ficará difícil impedir que os constituintes estabeleçam eleições presidenciais para logo depois de promulgada a nova Constituição, este ano ou no começo do próximo.

Há um ano, precisamente, a manobra deu certo. Estavam em baixa absoluta as cotações do governo e do presidente. Assistia-se à rebelião do PMDB. O senador Fernando Henrique Cardoso criticava duramente o Palácio do Planalto. O líder Pimenteda Veiga inaugurava a "desobediência partidária", não comparecendo a uma reunião do Ministério para a qual fora convocado. O pró-

prio Ulysses Guimarães prometia cobrar enérgicas providências de Sarney. Falava-se, também, em antecipação das eleições diretas e em interrupção do governo de transição, como forma de solucionar o impasse criado pela crise econômica.

De repente, em 28 de fevereiro, a bomba. Sarney anunciou o Plano Cruzado, com congelamento de preços, abono de 8% para os assalariados, gatilho salarial, congelamento do câmbio, dos aluguéis, desindexação e outras medidas, quase todas de evidente sabor popular. Em poucas horas reverteram-se as expectativas. O povo saiu às ruas e construiu a mais formidável estrutura de apoio jamais alcançada por um governante em toda a história da República. Os políticos tiveram de acompanhar o caudal.

Como as coisas deram no que deram, chegamos ao ponto de partida, e, hoje, às vésperas do primeiro aniversário do Plano Cruzado, assistimos a um vídeo-teipe dos acontecimentos do início de 1986. O PMDB está de novo erigido, suas maiores silenciosas e moderadas são gradativamente cooptadas pela esquerda independente e passam a respaldar a tese da antecipação das eleições presidenciais. O desmesurado aumento da inflação acirra os ânimos. A receita adotada pelo governo parece a mesma: apresentar invulgares medidas econômicas, até acrescentando aquela que não constou antes — o endurecimento com os credores externos através da suspensão, fala-se que por 90 dias, do pagamento de juros e de serviços da dívida externa. Ao mesmo tempo se tentaria obter dos credores condições para a limitação das remessas futuras, cujo montante não ultrapassaria dois terços do superávit na balança comercial. Como já informamos, o embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Marcílio Marques Moreira, foi chamado e veio de Washington para Brasília, por poucas horas, para receber do presidente José Sarney a missão de conseguir o consentimento dos bancos americanos para a "suspensão temporária da remessa de dividendos".

Indaga-se, no particular, se haverá ou não compreensão por parte dos credores externos. Se o ministro Dilson Funaro e seus negociadores, depois de muitos meses, conseguiram tão pouco do Clube de Paris, como o embaixador obterá, em tempo curto, resultados ainda mais profundos? Haveria, na hipótese negativa, uma declaração unilateral?

O que conduz à indagação anterior: mesmo nessa hipótese, os meios políticos assinariam outra promessa em branco para o governo? Imaginam os conselheiros do presidente José Sarney que sim. Tanto os credores não teriam outra alternativa quanto a Assembleia Nacional Constituinte esqueceria a aventura de antecipar as eleições. Replicam os realistas, porém, que não vai ser fácil.

C.P.